

Prefeitos se unem para criar Região Metropolitana

Cristina D'Ávila

Os prefeitos da Grande Vitória, que concentra mais de 1 milhão de habitantes, uniram-se para acabar com as retaliações, o paralelismo de ações e limitar a atuação do Governo do Estado em suas cidades, através da estruturação da Região Metropolitana. Faltando sete meses para o fim do governo Max Mauro, eles querem que o futuro governador assine um documento se comprometendo em implementar, na prática, as ações da Região Metropolitana, conforme fez o atual chefe do Executivo num protocolo de intenções.

A Região Metropolitana tem a sua criação prevista na nova Constituição Estadual, após a realização de um plebiscito, que deve acontecer no dia 25 do mês de novembro, quando se realiza o segundo turno da eleição para governador. O crescimento dos municípios de Cariacica, Viana, Vila Velha e Serra e a aproximação geográfica dessas cidades, deu a impressão de se tratar de uma região única. Daí, surgiram algumas relações de dependências entre esses municípios nas áreas dos transportes e meio ambiente, entre outras. É para solucionar esses problemas comuns que afetam os cinco municípios e planejar o desenvolvimento ordenado da grande Vitória que será criada a Região Metropolitana.

Essa não é uma idéia nova. Em 1973, foram criadas pela lei complementar 14, em nível federal, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Belém, Recife e Rio de Janeiro. Aqui, no próprio Espírito Santo, em meados da década de 70, foi criado o

A GAZETA — Qual o significado prático que a criação da Região Metropolitana da Grande Vitória trará para a população?

Terezinha Pimentel — Viana vai sair da discriminação que tem sofrido até então. Não existe um reconhecimento de que o meu município pertença à Grande Vitória e com essa união dos prefeitos, por se firmar só em torno de reivindicações dos cinco municípios, acredito que o povo será beneficiado. E o que nós mais queremos é que esse povo seja reconhecido como ser humano depois de tanto sofrimento.

Vítor Buaz — A nossa expectativa é de que a criação da Região Metropolitana lance os cinco municípios numa perspectiva de futuro no século XXI. Desde 1976 essa questão vem sendo estudada pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Se nós já tivéssemos a consolidação dessa região há 10 anos, certamente os problemas que afligem hoje a Grande Vitória não teriam a intensidade que têm, especialmente os decorrentes da ocupação do solo. Os prefeitos poderão discutir e avaliar quais são os projetos que vão ser implantados nessa região, limitando a intervenção do Estado. Hoje, nem mesmo o Estado pode se posicionar em relação aos grandes projetos que estão vindo prontos do Governo federal e com o aval do capital multinacional. Nós vamos conseguir fixar critérios dentro de nossos municípios que vão direcionar o desenvolvimento e, através de um trabalho integrado, poderemos resolver os problemas que estão aí hoje, evitando o aparecimento de outros novos na futura década. Eu tenho certeza que, com a vontade política manifestada pelos prefeitos, vamos realizar esse sonho, que é da população da Grande Vitória. Queremos que essa população tenha a qualidade e condições de vida melhoradas. Os cinco municípios têm uma vinculação política e pessoal con-

pulação e, para isso, há o desprendimento político. Assim, será reduzida a discriminação do Governo do Estado até na distribuição da receita de ICMS, que é baseada em critérios que a gente não acompanha. Por fim, com a sociedade participando e criando a consciência da importância da Região Metropolitana todos sairão ganhando em áreas como saúde, educação e transporte. Poderemos fazer unidades sanitárias comuns: Governo

Fotos de Ailton Lopes



Para Anders, é fundamental a relação de amizade para a criação da integração política

do estado e municípios. Eu vejo nisso economia.

Vasco Alves — Examinando a realidade da Grande Vitória hoje, não vamos compreender com facilidade por que até hoje não se instituiu a Região Metropolitana. Hoje o Governo do Estado e cada Prefeitura tem seu planejamento particular. A ação do Estado também é isolada, o mesmo ocorrendo com as Prefeituras. Essa situação provocou uma verdadeira desordem no campo de atuação do poder público. Por que isso? Se hoje for feito um cotejamento das unidades sanitárias em Vitória, que tem a mesma população que Cariacica, vai se ter um dos quadros mais desastrosos. Se se relacionar as unidades de Cariacica ao seu número de habitantes, vai se verificar uma tremenda injustiça, para citar apenas o exemplo da saúde. O que se quer da Região Metropolitana é alcançar dois objetivos: o planejamento integrado, entre municípios

dos pela arrecadação do Estado, que são poucos. Com o fundo único, em que o Estado participa de forma majoritária, é possível que nós possamos, de uma vez por todas, acabar com os privilégios que axistem hoje. O planejamento metropolitano não vai beneficiar nenhum município em si. Se você tem um projeto de política habitacional e a capital não participa porque não tem área disponível, os demais municípios que têm área poderão entrar. E Vitória será beneficiada à medida em que os moradores que antes se deslocavam para a capital vão deixar certamente de ocupar mangues e morros.

AG — Em que medida a mudança do governador do Estado, já que estamos às vésperas da eleição, repercute nesse processo de formação da Região Metropolitana?

Vasco — Eu propus e foi acatado pelo fórum de prefeitos da Grande Vitória o debate com os candidatos ao Governo do Estado, que deve ocorrer em breve. O que nós vamos querer conhecer nesse debate é o grau de compromisso dos postulantes ao Palácio Anchieta com a criação da Região Metropolitana. Isso porque o que perpassa dessa situação é uma ausência de vontade política do Governo do Estado de querer materializar a Região Metropolitana. Essa questão da ausência de uma política de investimentos planejada na Grande Vitória nós sentimos, pois não é de hoje que o dinheiro público é aplicado de acordo com interesses políticos. Falta se levar em conta o interesse social e público. No debate, eles deverão assinar um documento, comprometendo-se a implementar a Região Metropolitana, de forma ordenada e obedecendo a um planejamento global.

Anders — Fizemos um protocolo de apoio e troca de funcionários entre os prefeitos da Grande Vitória. É um documento político que funciona a todo vapor. Eu tenho funcionários na Prefeitura de Ca-

na sofre, não só a nível de Estado, como na Grande Vitória. Somos o único município não-beneficiado pelo Transcol. A saúde não é olhada. Temos apenas um médico do Estado trabalhando no município. Anders — É uma coisa absolutamente sem nexos essa questão do desperdício do dinheiro público. A Prefeitura faz um posto de saúde e o Estado constrói outro ao lado. É jogar fora o dinheiro público.

AG — Como deverá ser o modelo de organização da Região Metro-

Terezinha reclama que Viana sempre foi discriminado pelos governos estaduais



politana da Grande Vitória, tendo em vista que a administração dessa estrutura será feita através da co-gestão entre prefeitos, Governo estadual e população?

Vasco — Haverá o conselho diretor da Região Metropolitana, formado por pessoas indicadas pelos prefeitos, com participação das Câmaras municipais, do Governo estadual e a representação do movimento popular. Pela proposta que estamos discutindo ela será objeto inclusive de lei complementar que a Assembléia Legislativa vai elaborar depois que o assunto for submetido a plebiscito. Nós poderíamos dizer que esse conselho terá uma semelhança com o Codivit (extinto Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória) em que a população terá representação, ao lado de representantes do governo e dos Prefeituras (...).

Vítor — Só que a diferença é que o conselho da Região Metropolitana da Grande Vitória terá um caráter

Vasco — Vamos discutir as áreas de competência do Estado e dos municípios de acordo com o ordenamento. Hoje não existe nada disso.

AG — Será diferenciado o peso de cada Prefeitura em termos de representação e participação financeira na Região Metropolitana? Uma Prefeitura como a da capital terá uma posição privilegiada?

Vasco — Nós vamos participar em pé de igualdade. A participação será igualitária pois temos um nível de convivência muito bom.

Vítor — Além do mais, já estamos prevendo dentro do orçamento que está sendo discutido com as comunidades em toda a Grande Vitória uma rubrica especial para a Região Metropolitana. Isso vem facilitar o trabalho da região, considerando que a partir da aprovação da lei que irá criá-la nós teremos seis meses para estruturar sua gestão. E aí chegaríamos no mês de julho de 1991 com mais facilidade para executar alguns projetos de forma coletiva. E as Prefeituras não estariam impedidas de darem sua contribuição ao fundo de participação do conselho metropolitano porque a rubrica já estará aprovada no orçamento. Em princípio as áreas a serem priorizadas são o transporte coletivo, a habitação, o saneamento e o meio ambiente.

AG — Quais os obstáculos e desafios a serem superados para a criação da Região Metropolitana.

Vasco — O Governo do Estado sempre quis agir de forma individualizada. Agora, seja quem for que ganhar a eleição terá que assumir o compromisso de emprestar apoio político e participar da Região Metropolitana. Também, vamos colocar isso num debate com os futuros deputados estaduais.

AG — Convencer a população da necessidade de se criar a Região

intencões.

A Região Metropolitana tem a sua criação prevista na nova Constituição Estadual, após a realização de um plebiscito, que deve acontecer no dia 25 do mês de novembro, quando se realiza o segundo turno da eleição para governador. O crescimento dos municípios de Cariacica, Viana, Vila Velha e Serra e a aproximação geográfica dessas cidades, deu a impressão de se tratar de uma região única. Daí, surgiram algumas relações de dependências entre esses municípios nas áreas dos transportes e meio ambiente, entre outras. É para solucionar esses problemas comuns que afetam os cinco municípios e planejar o desenvolvimento ordenado da grande Vitória que será criada a Região Metropolitana.

Essa não é uma idéia nova. Em 1973, foram criadas pela lei complementar 14, em nível federal, as regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, Belém, Recife e Rio de Janeiro. Aqui, no próprio Espírito Santo, em meados da década de 70, foi criado o Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória (Codivit) com objetivo similar ao da região metropolitana discutida hoje. O Conselho foi um fracasso já que sua atuação ficou restrita à fixação de tarifas do transporte coletivo urbano e, no ano passado, foi extinto. Em seu lugar surgiu o Conselho Tarifário (Cotar). A vaidade de alguns políticos em capitalizar em cima de obras eleitoreiras e até mesmo as divergências partidárias e políticas também foram barreiras que o Codivit não conseguiu superar.

Para discutir essa questão, os prefeitos de Vitória, Vítor Buaiz (PT), de Vila Velha, Jorge Anders (PSDB), de Cariacica, Vasco Alves (PH) e de Viana Terezinha Pimentel (PFL) estiveram na última quinta-feira, na redação de A GAZETA, para discutir a criação da Região Metropolitana da Grande Vitória. O prefeito da Serra, Aduino Martineli (PTB), não compareceu ao debate, mesmo tendo sido convidado. As vantagens, a posição individual de cada prefeito e os desafios que a proposta requer estão nesta entrevista.

pios numa perspectiva de futuro no século XXI. Desde 1976 essa questão vem sendo estudada pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Se nós já tivéssemos a consolidação dessa região há 10 anos, certamente os problemas que afligem hoje a Grande Vitória não teriam a intensidade que têm, especialmente os decorrentes da ocupação do solo. Os prefeitos poderão discutir e avaliar quais são os projetos que vão ser implantados nessa região, limitando a intervenção do Estado. Hoje, nem mesmo o Estado pode se posicionar em relação aos grandes projetos que estão vindo prontos do Governo federal e com o aval do capital multinacional. Nós vamos conseguir fixar critérios dentro de nossos municípios que vão direcionar o desenvolvimento e, através de um trabalho integrado, poderemos resolver os problemas que estão aí hoje, evitando o aparecimento de outros novos na futura década. Eu tenho certeza que, com a vontade política manifestada pelos prefeitos, vamos realizar esse sonho, que é da população da Grande Vitória. Queremos que essa população tenha a qualidade e condições de vida melhoradas. Os cinco municípios têm uma vinculação política e pessoal consolidada. Agora resta envolvermos a população, mostrando os benefícios que serão carreados para cada município.



Vítor diz que com a região unida, o Governo não vai investir somente num município

Jorge Anders — A criação da Região Metropolitana está prevista até por força de lei constitucional e acho que o momento é esse. Há uma intenção política de todos os prefeitos e um relacionamento de amizade. É fundamental a integração política porque serão discutidos problemas comuns como lixo, esgoto sanitário, meio ambiente. Atualmente ocorrem gastos supérfluos para, às vezes, atender a regiões em que prevalece interesses familiares ou pessoais desse ou daquele governador. Pretendemos fazer trabalhos de benefício à po-



a relação de amizade para a criação da integração política

do estado e municípios. Eu vejo nisso economia.

Vasco Alves — Examinando a realidade da Grande Vitória hoje, não vamos compreender com facilidade por que até hoje não se instituiu a Região Metropolitana. Hoje o Governo do Estado e cada Prefeitura tem seu planejamento particular. A ação do Estado também é isolada, o mesmo ocorrendo com as Prefeituras. Essa situação provocou uma verdadeira desordem no campo de atuação do poder público. Por que isso? Se hoje for feito um cotejamento das unidades sanitárias em Vitória, que tem a mesma população que Cariacica, vai se ter um dos quadros mais desastrosos. Se se relacionar as unidades de Cariacica ao seu número de habitantes, vai se verificar uma tremenda injustiça, para citar apenas o exemplo da saúde. O que se quer da Região Metropolitana é alcançar dois objetivos: o planejamento integrado, entre municípios e o Estado, e a consequente ação integrada do poder público, que sairá fortalecido.

AG — Foi assinado no mês de abril um protocolo de intenções formalizando o interesse de se criar a Região Metropolitana. Como é que os senhores vêem o papel do Governo do Estado, tendo em vista que ele também está presente nesta iniciativa? Nem sempre o relacionamento entre o governador e o prefeito é de cordialidade, por causa de divergências políticas. No fundo financeiro a ser gerenciado pela Região Metropolitana, o Governo entrará com a maior soma de recursos?

Vítor — Com a Região Metropolitana o governador do Estado deixa de ser o prefeito metropolitano e nós vamos poder interferir em igualdade de condições ao lado do Executivo Estadual. Logicamente que, por dispor de maior volume de recursos, ele vai ter que investir de forma que satisfaça o planejamento metropolitano e não simplesmente aplicar mais dinheiro naquele município em que é amigo ou inimigo do prefeito. Hoje as Prefeituras estão totalmente a mercê dos impostos arrecadados em suas áreas ou dos que são destina-

estamos às vésperas da eleição, repercute nesse processo de formação da Região Metropolitana?

Vasco — Eu propus e foi acatado pelo fórum de prefeitos da Grande Vitória o debate com os candidatos ao Governo do Estado, que deve ocorrer em breve. O que nós vamos querer conhecer nesse debate é o grau de compromisso dos postulantes ao Palácio Anchieta com a criação da Região Metropolitana. Isso porque o que perpassa dessa situação é uma ausência de vontade política do Governo do Estado de querer materializar a Região Metropolitana. Essa questão da ausência de uma política de investimentos planejada na Grande Vitória nós sentimos, pois não é de hoje que o dinheiro público é aplicado de acordo com interesses políticos. Falta se levar em conta o interesse social e público. No debate, eles deverão assinar um documento, comprometendo-se a implementar a Região Metropolitana, de forma ordenada e obedecendo a um planejamento global.

Anders — Fizemos um protocolo de apoio e troca de funcionários entre os prefeitos da Grande Vitória. É um documento político que funciona a todo vapor. Eu tenho funcionários na Prefeitura de Cariacica. O Vítor tem servidores na minha e eu na dele. Ele precisa de um técnico e eu mando o da PMVV. Isso se resume na vontade de se ter vontade política. Sem ela, fica-se 10 anos discutindo e a Região Metropolitana não sai do papel. A integração entre os prefeitos está feita. Está faltando integração com o Governo do Estado. Integrar-se ao estado metropolitano significa perda de poder entre aspas. Alguns governadores não querem isso para que a população não seja beneficiada. O próximo Governo terá que ter esse desprendimento e passar a aplicar o dinheiro não onde ele quer, mas onde será necessário. Nós administramos receitas quase que só para pagar a folha de pessoal. Se o Estado ficar anos sem atuar num município ninguém dá falta. Agora se nós ficarmos 24 horas sem coletar o lixo a cidade vira o caos. Ficamos com o pior pedaço. É a Cesan que não faz um saneamento decente e arrecada a tarifa do saneamento. A criação da Região Metropolitana vai dividir a história política do Estado em duas partes, tamanho os benefícios que ela vai trazer.

Terezinha — O que o Jorge falou é uma grande verdade, e eu insisto em falar da discriminação que Via-

Viana sempre foi discriminado pelos governos estaduais



politana da Grande Vitória, tendo em vista que a administração dessa estrutura será feita através da gestão entre prefeitos, Governo estadual e população?

Vasco — Haverá o conselho diretor da Região Metropolitana, formado por pessoas indicadas pelos prefeitos, com participação das Câmaras municipais, do Governo estadual e a representação do movimento popular. Pela proposta que estamos discutindo ela será objeto inclusive de lei complementar que a Assembléia Legislativa vai elaborar depois que o assunto for submetido a plebiscito. Nós poderíamos dizer que esse conselho terá uma semelhança com o Codivit (extinto Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória) em que a população terá representação, ao lado de representantes do governo e dos Prefeituras (...).

Vítor — Só que a diferença é que o conselho da Região Metropolitana da Grande Vitória terá um caráter deliberativo. A questão metropolitana está sendo discutida. A forma como ela vai se dar com os movimentos populares, e com as Câmaras de Vereadores e outros detalhes estão sendo discutidos. Não temos pressa no momento de estabelecer os parâmetros dessa estrutura que vai gerenciar a Região Metropolitana. A partir do momento em que a população disser que quer a Região Metropolitana, nós vamos aprofundar a forma de gerenciamento, que pode ser feita sob a forma de consórcios, convênios.

AG — Qual será o papel do prefeito com a criação da Região Metropolitana. O município não tende a perder sua autonomia com o gerenciamento dos problemas comuns aos cinco municípios?

Jorge Anders — Fazer obras, rodovias, manutenção...

Vasco Alves — O problema é que não há definição do que compete ao Estado e ao município. Isso produz uma situação desagradável. O Estado atua na área da habitação fazendo casas e a Prefeitura também, como é o caso de Vila Velha onde o Governo fez 280.

Anders — E a Prefeitura está fazendo 2.200...

indades em toda a Grande Vitória uma rubrica especial para a Região Metropolitana. Isso vem facilitar o trabalho da região, considerando que a partir da aprovação da lei que irá criá-la nós teremos seis meses para estruturar sua gestão. E aí chegaríamos no mês de julho de 1991 com mais facilidade para executar alguns projetos de forma coletiva. E as Prefeituras não estariam impedidas de darem sua contribuição ao fundo de participação do conselho metropolitano porque a rubrica já estará aprovada no orçamento. Em princípio as áreas a serem priorizadas são o transporte coletivo, a habitação, o saneamento e o meio ambiente.

AG — Quais os obstáculos e desafios a serem superados para a criação da Região Metropolitana.

Vasco — O Governo do Estado sempre quis agir de forma individualizada. Agora, seja quem for que ganhar a eleição terá que assumir o compromisso de emprestar apoio político e participar da Região Metropolitana. Também, vamos colocar isso num debate com os futuros deputados estaduais.

AG — Convencer a população da necessidade de se criar a Região Metropolitana não é uma barreira?

Vítor — É por isso que estamos incrementando os debates com a sociedade. As pessoas em geral não



Vasco quer o compromisso do futuro governador com os municípios que integram o projeto

têm a menor idéia do que seja Região Metropolitana e os benefícios e sacrifícios que determinado município terá que fazer em função de outro município que integra a região por uma necessidade maior de investimento no contexto metropolitano. A partir desse debate, no momento em que a Rede Gazeta assume essa bandeira e, também, faz parte do projeto "Espírito Santo Século 21", nós vamos chegar à comunidade. Nós vamos levar as informações necessárias para que o povo vote consciente no dia do plebiscito.